

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/9075	12912/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DECS - DCSS [NLI BRAGA]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA DE AÇÃO SOCIAL

Apoios diretos a pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social

Considerando que:

- A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização;
- Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passou a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 03 de Abril de 2023, assegurar o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social e a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI);
- Relativamente ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as câmaras municipais e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro;



- Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências;

- Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, a Câmara Municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, contratualizou, através da celebração de acordo específico, com as seguintes 10 instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas:

- Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha
- Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Nogueiró | ASCDRENO
- Associação Juvenil “A BOGALHA”
- Centro Comunitário de São Martinho de Dume
- Centro Cultural e Social de Santo Adrião
- Colégio São Caetano
- Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga
- Santa Casa da Misericórdia de Braga
- Sempre a Crescer – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL
- Cáritas Arquidiocesana de Braga

- Foram criadas as nomenclaturas “SAAS A” e “SAAS B”, representativas de uma divisão de todo o território concelhio, cada SAAS com 5 entidades com responsabilidade de Atendimento e Acompanhamento Social, de forma a tornar mais próxima e informada a relação entre a Coordenação Municipal e as Entidades parceiras, permitindo respostas mais céleres e eficazes;

- SAAS da Cáritas Arquidiocesana de Braga tem como missão intervir de forma rápida e eficaz em situações emergentes ou de crise, assegurando a proteção e o apoio às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social;

- Compete à Câmara Municipal, conforme disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, nas condições constantes de regulamento municipal;

- Resultou da interação constante entre o Município de Braga e os SAAS supracitados, a atribuição de apoios diretos a pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade social, através de procedimento de trabalho definido internamente e que segue em anexo, para atuação em situações devidamente fundamentadas e introduzidas numa plataforma



especificamente utilizada para o efeito. A atribuição do apoio económico é de natureza eventual, excecional e temporária e destina-se a compensar encargos urgentes relativos a questões relacionadas com despesas domésticas, despesas pessoais, saúde, educação, habitação, renda, alimentação e transportes, tendo como objetivo último a capacitação dos /as indivíduos/famílias com vista à sua autonomização, perfazendo um valor global de 17.460.65 € durante o período correspondente a janeiro e fevereiro de 2025 evidenciados em documento anexo.

Deste modo, propõe-se que a Ex.ma. Vereadora Carla Sepúlveda, remeta para conhecimento do Executivo Municipal a informação referente às despesas havidas no período correspondente a janeiro e fevereiro de 2025 com atribuição de apoios diretos pelo Município de Braga no contexto das competências em matéria de Ação Social.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Apoio Social Direto 2025

Valor Total

17.460,65 €

Selecionar Área

Despesas Domésticas

Educação

Habitação

Saúde

Soma de Valor por SAAS

SAAS A

10.240,25 €

SAAS B

7.220,40 €

0 €

4.000 €

6.000 €

8.000 €

10.000 €

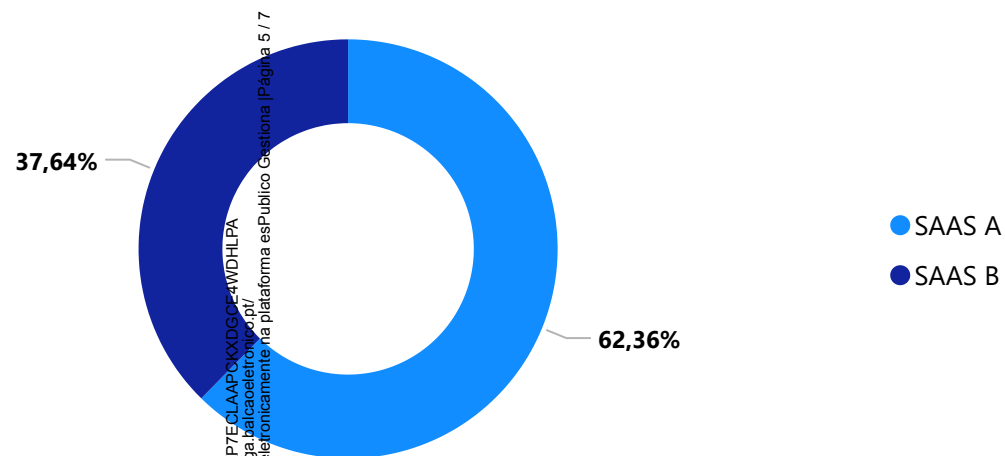



Código Validação: SZKP7ECLAAPCKXDXDGE4WDHUPA
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 4 / 7

Apoio Social Direto 2025 – Por SAAS Braga

SAAS	Valor
<input type="checkbox"/> SAAS A	10.240,25 €
Despesas Domésticas	1.054,13 €
Habitação	4.750,00 €
Saúde	4.436,12 €
<input type="checkbox"/> SAAS B	7.220,40 €
Despesas Domésticas	1.293,50 €
Educação	199,50 €
Habitação	2.859,91 €
Saúde	2.867,49 €
Total	17.460,65 €

Percentual Por SAAS



	PROCEDIMENTO DE TRABALHO Apoio Social Direto	Procedimento de Trabalho:	PT – CMB - 28
		Revisão:	01
		Data de aprovação:	31/05/2023
		Nível de Classificação:	Interno

1. OBJETIVO

Este procedimento pretende estabelecer e articular, no âmbito das atribuições transferidas para o município no domínio da ação social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na qual prevê em sede de Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), a atribuição de prestações de caráter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica.

2. CAMPO DE APLICAÇÃO

O procedimento aplica-se aos apoios de caráter eventual, excecional e temporários, atribuídos diretamente ao município, para compensar encargos urgentes relativos a questões de saúde, educação, habitação, alimentação e transportes, após a análise e enquadramento da situação por parte da Divisão de Coesão Social e Solidariedade (DECS – DCSS).

3. RESPONSABILIDADES E MODOS DE PROCEDER

3.1. Identificação e análise da necessidade de apoio social

O apoio é registado, enquadrado e fundamentado pelos técnicos dos SAAS na plataforma ASIP. Posteriormente é analisada e aprovada pelos coordenadores na plataforma WebSISS. A DECS – DCSS procede à análise e aprovação, se aplicável. Em situação de aprovação, é extraída da plataforma a informação exclusivamente necessária para efeitos de pagamento, sendo preenchido na gestão documental, o modelo de informação - Apoio Social Direto, com os seguintes dados: nome do utente, morada, número de identificação fiscal, número de processo, número de apoio, identificação do tipo de apoio, breve fundamentação, valor, IBAN, referência da (s) despesa (s) e respetivo comprovativo em formato digital (se aplicável).

3.2. Pagamento do apoio social


A DECS – DCSS solicita, via gestão documental, o pagamento à Divisão de Contabilidade (DMG-DCF-DC), nomeadamente DMG-DCF-DC-APOIO SOCIAL DIRETO.

A DMG-DCF-DC-APOIO SOCIAL DIRETO, assegura a regularidade financeira, emite a ordem de pagamento e solicita autorização para pagamento ao Sr. Presidente. Após aprovação do Sr. Presidente, a ordem de pagamento é enviada para a Tesouraria, que procede ao pagamento no imediato, ou no dia útil seguinte. A DMG-DCF-DC arquiva o pedido, com conhecimento à DECS – DCSS.

No caso, do utente não possuir IBAN o pagamento é realizado ao próprio no Serviço de Tesouraria Municipal (DMG-DCF-DC STM).

No caso, em que não seja recomendado efetuar o pagamento diretamente ao beneficiário, o mesmo deverá indicar alguém da entidade que o represente.



	PROCEDIMENTO DE TRABALHO Apoio Social Direto	Procedimento de Trabalho:	PT – CMB - 28
		Revisão:	01
		Data de aprovação:	31/05/2023
		Nível de Classificação:	Interno

3.3. Ratificação do apoio social pago

A DECS – DCSS remete à reunião de câmara seguinte para ratificação, todos os processos de pagamento dos apoios sociais.

DOCUMENTOS RELACIONADOS		
Código Doc	Descrição	Dono

LISTA DE REVISÕES EFETUADAS		
Data	Revisão n.º	Descrição da Revisão
18/05/2023	00	Versão inicial
31/05/2023	01	Inclusão do ponto 3.3.

APROVAÇÃO DO DOCUMENTO					
Elaborado	Data	Revisto	Data	Aprovado	Data
GVCS / DCSS	maio/2023	GVCS / DCSS	31/05/2023	GVCS / DCSS	31/05/2023

